

RESENHA
O Bem Viver:
uma oportunidade para imaginar outros mundo

Kesley Gabriel Bezerra Coutinho¹
Universidade Federal de Mato Grosso



ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

BEZERRA COUTINHO, Kesley Gabriel. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos (Resenha)**. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 7 (15): 389-396, setembro a dezembro de 2020. ISSN: 2358-5587

¹ Graduado em Psicologia pela UFMT/Campus Universitário de Rondonópolis. Membro do Laboratório Esquizoanalista de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). Integrante do Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus/UFMT). Mestrando em Antropologia Social da UFMT.

O livro de Alberto Acosta, influente político e economista equatoriano, *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, traduzido por Tadeu Breda e publicado pela Editora Elefante, tem como fundamentação e propõe-se a refletir sobre o conceito de *buen vivir*, originário da expressão andina *sumak kawsay*, em kichwa, e refere-se a uma oportunidade, bem como uma filosofia, para imaginar outros mundos.

Como irá sugerir o autor, *bem viver*, traduzido para português, é crítico em muitos aspectos ao consumismo e produtivismo exacerbados, contrário às práticas vis de esgotamento da vida e, portanto, se institui propriamente enquanto um contradiscurso que estabelece antagonismo com os paradigmas capitalistas de apropriação, consumo e destruição. Vivemos atualmente uma tragédia ambiental e sanitária há tanto anunciadas, resultado direto de más escolhas e retificação de projetos e pautas frustradas e falidas com pouca ou nenhuma adesão ambiental, neste seguimento. A discussão sobre o *bem viver* oferece-nos contribuições substanciais, articulando uma dialética criativa sobre os caminhos possíveis de ligações satisfatórias e dignas com a vida, na garantia de um novo amanhã para a humanidade.

O livro é composto por dez capítulos e conta com um prefácio e um posfácio de Célio Turino e Gerhard Dilger, respectivamente. Os capítulos abordam temáticas diversas, entretanto complementares, organizando sua discursividade mediante a proposições e assuntos relacionados ao conceito de *bem viver*, bem como sua possibilidade enquanto proposta global. O autor defende alternativas ao desenvolvimento capitalista que produz riscos ao *bem viver*, aos direitos da Natureza, aos Estados plurinacionais, com a possibilidade de pensarmos numa economia não baseada na acumulação e na exploração predatória dos recursos naturais (como a iniciativa Yasuní-itt, no Equador), promovendo rupturas com os paradigmas hegemônicos.

O primeiro capítulo, “Aprender o caminho do inferno para dele se afastar”, busca estabelecer análises pertinentes sobre o próprio conceito do Bem Viver enquanto oportunidade para construir novos modos de vida coletivamente. A proposta é propriamente uma ruptura com as lógicas vigentes e imperantes, não se trata de retificar as mesmas condutas e práticas com maior eficiência, mas refere-se justamente de uma descontinuidade. As mudanças precisam ser profundas e necessariamente devem suplantar os paradigmas e dogmas que fazem dos bens econômicos o âmago da vida coletiva.

O *bem viver* é democrático, portanto, conta com a criatividade e pertinência dos discursos provenientes de indivíduos marginalizados, especialmente dos povos e nacionalidades indígenas que nos demonstram uma série de oportunidades no que diz respeito à construção de novas possibilidades existenciais, pautadas em respeito e na harmonia dos sujeitos entre si e com a própria natureza. Como sugere Acosta, é preciso repensar o mundo em um processo de descolonização e despatriarcalização, sendo preciso elaborar novas propostas democráticas que propiciem a *suficiência* em contraposição a *eficiência*, em uma atividade justamente solidária e comunitária.

O segundo capítulo, “O Bem Viver, uma proposta global”, versa necessariamente sobre as alternativas para uma série de impasses, sejam eles climáticos, discriminatórios ou exploratórios, onde torna-se impreterível desvincular-se de

enunciados desenvolvimentistas. É preciso estabelecer um discurso contra-hegemônico que seja subversivo aos fundamentos dominantes de repressão, *é preciso indignar-se*. A resolução dos impasses, por meio do *bem viver*, exige necessariamente uma prática multidisciplinar e, por mais que reconheça a experiência dos povos andinos e amazônicos enquanto importantes fundamentos da filosofia do bem viver, Acosta sugere que possíveis soluções podem ser encontradas inclusive em países industrializados e capitalistas, ancorados em práticas discursivas anti-hegemônicas. O *bem viver* não pretende ser dogmático e, neste sentido, o autor conta com compreensões complementares que possam auxiliar em uma luta de transição e renovação, em uma prática democrática e polifônica.

O capítulo de número três, “O desenvolvimento: da euforia ao desencanto”, discute sobre o fantasma do século XX ou a utopia do desenvolvimento e progresso. Acosta busca promover discussões a respeito da institucionalização do desenvolvimento enquanto potente mandado ideológico. O autor discursa sobre uma lógica hierárquica ascendente, onde o desenvolvimento tornou-se paradigma e consolidou-se em uma estrutura de dominação dicotômica, dividindo os povos em *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, pobres e ricos, avançados e atrasados, civilizados e selvagens. Desta forma, o mundo organizou-se por meio de uma série de condições, instituições e técnicas para alcançar o desenvolvimento.

Os países empobrecidos foram impelidos a aceitar esta lógica inegociável em um ato de subordinação, onde consentem com as atuais circunstâncias desde que sejam compreendidos enquanto países desenvolvidos ou a caminho do desenvolvimento. Entretanto, em contextos contemporâneos, o desenvolvimento passou a ser concebido sob uma ótica diferencial de empobrecimento e debilidade. Criam-se sobrenomes para o desenvolvimento (sustentável, sustentado), atribuem-lhe novos sinônimos, mas nunca é questionado, sempre reelaborado. Os questionamentos que se estabelecem não conseguem alcançar uma crítica a matriz conceitual do paradigma desenvolvimentista.

Acosta ainda estabelece críticas as práticas antropocêntricas, que legitimaram os processos de expansão e colonização, onde o ser humano deveria ocupar um locus de superioridade e exterioridade à natureza, sujeito da razão cartesiano que, com sua racionalidade, tudo explorou e dizimou. A promessa estabelecida há mais de cinco séculos em nome de um suposto progresso – e reelaborada há algumas décadas sobre o signo do desenvolvimento – não se cumpriu aos povos e regiões subdesenvolvidas e, como sugere o autor, não se cumprirá.

O quarto capítulo, “O Bem Viver, uma alternativa ao desenvolvimento”, estabelece como diálogo uma busca por alternativas às práticas desenvolvimentistas. O *bem viver* coloca-se como uma proposta propriamente respeitosa às pluralidades políticas, ecológicas e culturais. Pauta-se nas experiências combativas de populações marginalizadas, que estabelecem rupturas compreensivas e discursivas com os sistemas de dominação. É fruto das experiências dos povos andinos e amazônicos em sua harmoniosa conduta e convívio com a Mãe terra ou, como dizem os próprios andinos, *Pacha Mama*.

O *bem viver*, como sugere Acosta, configura-se enquanto uma prática descolonizadora, tanto dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais. Rompe com as lógicas antropocêntricas e denota uma cosmovisão diferencial no que se refere a vida comunitária. Sua matriz compreensiva se abstém do sistema político capitalista de retificação das desigualdades, bem como das práticas predatórias e exploratórias. Ela é uma pluralidade de alternativas. Constrói-se nas práticas de convívio harmonioso entre todos os seres vivos. *Bem viver* compreende necessa-

riamente o benefício mútuo de seus indivíduos e comunidades, onde todos ganham nas relações estabelecidas. Trata-se exatamente de estabelecer uma existência digna, aqui e agora, sem que para isso tenhamos que prejudicar as futuras gerações.

O capítulo cinco, “Riscos e ameaças para o Bem Viver”, esclarece que muitas foram as interpretações sobre o *bem viver*. Entretanto, sua elaboração enquanto conceito, e para além disto, devem ser instituídas coletivamente no seio social. Não podemos confundir o conceito de *bem viver* com *viver melhor*, pois este segundo que denota as práticas de acumulação de bens e consumo excessivos, trazendo uma noção de competitividade e individualismo, não de harmonia. Para que alguém viva melhor, torna-se necessário que alguém viva pior. O *bem viver* trata-se de uma ética de suficiência para todos os indivíduos do grupo e não apenas para o indivíduo.

Acosta promoverá uma série de críticas aos líderes políticos equatorianos e bolivianos, ao utilizar de modo indevidos o conceito de *sumak kawsay*, *buen vivir* e *vivir bien*, banalizando seus significados, os governantes os interpretam enquanto acesso a serviços públicos, sem promover questionamentos sinceros aos modelos econômicos capitalistas. Não é suficiente apenas questionar as lógicas desenvolvimentistas de produção, extração e acumulação de bens excessivos. É preciso também romper com os objetivos, as políticas e os dispositivos, inclusive as ferramentas de análise e produção de conhecimento.

Para as reais implicações do conceito de *bem viver*, torna-se necessário recuperar de forma respeitosa os saberes e as culturas dos povos e das nacionalidades, especialmente os povos indígenas. O *bem viver* não é uma criação contemporânea, trata-se, entretanto, de práticas e conhecimentos estabelecidos em diferentes épocas e em diferentes regiões da Pacha Mama. É um conhecimento proveniente das experiências combativas e emancipatórias pelo direito a uma vida digna.

O sexto capítulo, “O Bem Viver e os Direitos da Natureza”, faz menção aos desesperados esforços humanos para dominar a natureza, bem como o desenvolvimento de uma postura e compreensão antropocêntrica. A natureza passou a ser identificada e caracterizada sem levar em consideração os humanos. Este posicionamento favoreceu as práticas destrutivas de exploração e manipulação dos meios naturais. Os modos de operação capitalista desenvolveram e fomentaram concepções inconcebíveis, traçando a natureza enquanto fonte de recursos inesgotáveis.

Acosta buscará demonstrar que é preciso abandonar esta visão onde a natureza ocupa lugar de subalternidade, enquanto fonte de matéria inesgotável e condição direta para o crescimento econômico. É preciso considerar os humanos e as comunidades enquanto partes constituintes e integrantes da Natureza, sem recortes antropocêntricos. O autor explica que desde os princípios coloniais e expansionistas, foram estabelecidos mecanismos de extrativismo e exportação, onde determinados países se especializaram na exportação de matéria-prima, enquanto outras nações mais ricas importariam.

A exploração dos países periféricos levou a Europa a ocupar local matricial no sistema mundial. As terras do sul da América passaram a ocupar posições submissas de extração de recursos naturais e exportação dos mesmos, até mesmo depois da conquista da independência. Desde então, estabeleceu-se uma obsessão destrutiva de domínio e extração dos recursos naturais. A natureza, ou Pacha Mama, passou a ocupar uma posição antagônica nas compreensões, propriamente uma inimiga que deveria ser sobrepujada para que a revolução cidadã ti-

vesse êxito, para que o desenvolvimento pudesse estabelecer-se. A natureza, assim, é interpretada enquanto entidade a ser dominada e mercantilizada, responsável diretamente pelo desenvolvimento do país.

Como explica o autor, uma compreensão atualmente em voga refere-se as limitações e a finitude da natureza, em que seus limites estão cada vez mais perceptíveis em correspondência direta com as condutas antropocêntricas de acumulação capital. Faz-se necessário traçar um caminho inverso de congregação entre estes dois elementos, onde existe a necessidade de desmercantilizar a Natureza e a economia deve submeter-se a ecologia. Os recursos naturais devem ser ressignificado, não mais enquanto mera propriedade dos humanos, mas como sujeitos de direitos. Como explica Acosta: “É preciso aceitar que todos os seres têm o mesmo valor ontológico” (p. 123). Assim sendo, todas as espécies merecem ser protegidas, mesmo que não tenham uma utilidade econômica.

Segundo Acosta, resgatar a Natureza enquanto sujeito de direitos significa conservar os próprios direitos dos humanos, uma das bases fundamentais deste pensamento. Ao promover a sustentabilidade, asseguramos a vida da Natureza e claro a vida dos humanos, pois não são seres externos à Natureza, mas fazem parte de sua composição. O direito da Natureza exige uma transição do antropocentrismo ao biocentrismo e diz respeito a modos de organização mais íntegros em garantia da preservação ambiental. Torna-se preciso reconhecer que os problemas ambientais rompem os limites dos Estados e Federações

“O complexo desafio da construção de um Estado plurinacional”, compõe o sétimo capítulo, em que Acosta busca demonstrar o significado de Estado plurinacional, demonstrando que tanto os Estados neoliberais quanto Estados coloniais representam instituições falidas e decadentes. Fundados dentro de uma lógica capitalista, apresentam um resultado excludente e limitador para o desenvolvimento das diversidades socioculturais.

Ao tratar do *bem viver*, discursamos sobre a criação de um Estado de equidade e democrático, garantindo participação efetiva das múltiplas populações, especialmente as comumente marginalizadas. Em uma prática de polifonia, surge a proposta de um *Estado Plurinacional*. O Estado plurinacional não nega a nação, entretanto busca promover uma nova proposta de nação, pois compreende exatamente que não existe uma nacionalidade, mas nacionalidades diversas. Diferentemente do projeto colonial de nação, que é homogeneizador, o *bem viver* procura elaborar e valorizar a pluralidade étnica das populações para reorganizar o Estado. Para tanto, torna-se necessário rechaçar as práticas racistas que serviram para legitimar as conquistas, pois o racismo foi e ainda é uma forma de dominação e expressão direta dos poderes coloniais, atribuindo aos sujeitos uma vida precária em todos os sentidos, seja no mercado de trabalho, moradia, participação política democrática, educação e saúde.

A plurinacionalidade, como explica o autor, não se refere a um reconhecimento passivo das diversidades, mas é um desejo ativo de incorporar uma multiplicidade de distintas apreensões sobre a vida em sociedade. A plurinacionalidade é um dispositivo de celebração da diversidade. É a garantia de participação no espaço político às populações marginalizadas. Não significa a destruição do Estado, mas se refere ao reconhecimento dos autogovernos e autodeterminações viabilizando as autonomias territoriais dos povos e nacionalidades. Não é uma alternativa *do* desenvolvimento, mas uma alternativa *ao* desenvolvimento.

Sobre o capítulo oito, “Outra economia para outra civilização”, a discussão proposta busca delinear que o *bem viver* enquanto alternativa ao desenvolvimento exige uma nova economia, fundada sobre os princípios de solidariedade,

sustentabilidade, reciprocidade, integralidade, suficiência, equidade e democracia. A solidariedade está ligada intimamente a outro tipo de produção, balizada pela ideia de suficiência ao invés de eficiência, onde é preciso que todos ganhem e não apenas um.

A economia proposta sugere a construção de um sistema elaborado sobre as bases comunitárias, uma ruptura com os paradigmas capitalistas. Deve-se respeitar os ciclos ecológicos para que não se produza escassez. Para gerir a economia de modo sustentável, é preciso abandonar as lógicas de devastação, exploração e acumulação de bens, o que não significa nem representa um sinônimo de bem-estar social. É preciso transformar os modos de exploração e de consumo. O projeto versa necessariamente sobre a satisfação das necessidades atuais sem que seja necessário para isso comprometer as gerações futuras. É preciso garantir dignidade as populações, grupos e comunidades sem que seja necessário degradar de modo tão vil a Natureza.

Sob a perspectiva do *bem viver*, como explica o autor, as estratégias de organização política e econômica devem necessariamente favorecer os esquemas de moedas alternativas, permitindo uma maior autonomia das comunidades em relação as suas próprias economias, permitindo às comunidades assumirem o protagonismo dos processos econômicos. Refere-se a uma participação plena nos processos políticos e a construção de contrapoderes. O objetivo é produzir uma convivência digna a todos, onde todos possam contribuir de forma democrática tendo suas participações políticas garantidas.

Neste novo processo econômico, o centro deverá ser o *ser humano*, mas sempre ligado a Natureza, enquanto parte efetiva dela. Deverão ser reconhecidos os trabalhos, nenhuma forma de desemprego ou subempregos poderão existir, deve-se neste sentido compreender o trabalho enquanto direito e dever das populações. É preciso redistribuir os trabalhos e diminuir as cargas horárias, estabelecendo uma relação profícua entre trabalho e dignidade. Precisamos romper com as lógicas extrativistas, não simplesmente porque esgota a Natureza, mas porque promove uma relação de exploração de mão de obra com trabalhos indignos.

O crescimento econômico é apenas um meio e não um fim. A própria organização econômica deve mudar expressivamente pois, como salienta Acosta, é perfeitamente possível crescer e não alcançar o desenvolvimento. As mudanças devem ter como ponto de referência uma compreensão de natureza finita com limites que não podem e não devem ser ultrapassados.

O mercado já se configurava nas relações entre os povos, antes mesmo das relações colonizadoras de dominação, e não apresentavam ideias propriamente capitalistas de extração, consumo e acumulação excessivas. Como busca demonstrar Acosta, as práticas de mercado entre os povos indígenas são efetivadas enquanto construções sociais permeadas por práticas solidárias e recíprocas. As práticas capitalistas de mercado elevam a competição extensiva entre seus participantes, fomentando em um processo de desigualdade excessiva.

O autor explica que nem todos os sistemas de economia baseiam-se e funcionam sob uma matriz disciplinar dominante de mercado. Existem outras possibilidades circunscritas em princípios diversos, como a solidariedade e reciprocidade. Nem todo sistema baseia-se em motivações relativas ao lucro. O autor inclusive buscará delinear uma série destes sistemas diferenciais baseados em lógicas de reciprocidade e solidariedade por meio da descrição de povos andinos e amazônicos. Poderíamos citar: o *Minka* ou *minga*, que é uma instituição de ajuda recíproca em âmbito comunitário; o *Ranti-ranti*, que são trocas que estabelecem cadeias de transferências extensivas de prestação de serviços infundáveis.

Torna-se fundamental uma compreensão crítica do sistema energético baseado na queima de carbono, proveniente de fontes finitas e altamente poluentes, e buscar a substituição por fontes de energia renovável e mais limpas, bem como uma readequação em práticas mais eficientes do uso desta energia. O tipo de energia que usamos permite-nos ter uma noção das lógicas do Estado em que vivemos.

Para que os direitos sejam cumpridos deverão ser estabelecidos reajustes nas distribuições de riqueza e renda. Priorizar o investimento na educação e saúde, bem como a gratuidade no acesso à justiça. Há de se garantir o acesso a estes direitos às populações nacionais e às estrangeiras, inclusive tornando livre trânsito das pessoas entre as regiões. Como sugere o autor, são palavras que cheiram à utopia e precisa sê-lo. É inconcebível que uma pequena maioria usufrua de um estilo de vida confortável, ao mesmo tempo em que uma outra maioria da população viva em condições de precariedade. O *bem viver*, neste sentido, exige necessariamente uma redistribuição profunda dos bens acumulados em tão poucas mãos. O *bem viver* exige equidade e equilíbrio, para que seus participantes possam efetivar seu protagonismo político e democrático.

No nono capítulo, “A iniciativa Yasuní-itt: a difícil construção da utopia”, Alberto Acosta, buscará contextualizar uma proposta equatoriana de 2007, que buscava preservar o subsolo do Parque Nacional Yasuní. O autor esclarece que em uma sociedade fortemente circunscrita em uma lógica capital, parecia insanidade não extrair o petróleo do subsolo. Entretanto, foi em uma prática combativa de reivindicação por seus direitos ao território que os povos e as comunidades amazônicas puderam empreender e efetivar a criação do projeto. O objetivo era evitar a exploração do petróleo de três reservas localizadas dentro do Parque Yasuní. O governo do Equador esperava arrecadar retribuições financeiras das comunidades internacionais que deveriam assumir uma responsabilidade compartilhada pela manutenção da biodiversidade, compreensão intimamente adjacente das propostas do *bem viver*.

Foi um tortuoso caminho percorrido pelo projeto dentro da comunidade equatoriana, em uma rede complexa de ambiguidades sobre a iniciativa proposta, ao mesmo passo em que surgiam encadeamentos de apoio e suporte, faziam-se presentes também discursos duvidosos sobre as reais possibilidades do projeto descrito. O povo assumiu a luta, e buscou coletar assinaturas para reivindicar o projeto de consulta sobre a extração do petróleo, entretanto foram tolhidos por forças políticas “superiores”.

Em relação ao décimo e último capítulo, “Um debate em movimento”, Acosta traz um panorama contemporâneo das elaborações constituídas na obra de modo geral, para tanto reiterara sobre os limites ecológicos das relações extrativistas. Em sua concepção, é preciso seguir noções pós-extrativistas, em que os países devem responsabilizar-se pelos prejuízos ambientais, bem como é necessário desmercantilizar a Natureza. É uma passagem de uma sociedade antropocêntrica para uma sociobiocêntrica, com a reorganização dos direitos humanos e da Natureza. O *bem viver* não pode conviver com tais práticas que são propriamente convenções de crueldade e de desigualdades infundáveis, buscando promover uma ruptura com o desenvolvimento e não o retificar.

O bem viver possui como contribuição a possibilidade do estabelecimento de novos diálogos, propriamente práticas discursivas subversivas às ordens conceituais paradigmáticas. Procura estabelecer relações íntimas entre os conhecimentos tradicionais e contemporâneos em uma relação dialética de compreensão democrática. É preciso superar as compreensões imperantes ao mesmo tempo em

que se constroem novas possibilidades de ligações positivas e dignas com a vida, uma vida construída em coletividade em valorização dos conhecimentos, que valoriza as pluralidades e os diversos modos de ser e estar em contato com a vida. Para tanto, não tolerará a destruição da natureza, nem as explorações entre os indivíduos, povos e nações, tão pouco as desigualdades entre os indivíduos. “*O bem viver será para todos ou não será*” (p. 240).

Nos foram tolhidas as possibilidades de pensar em modos alternativos de economia fora dos paradigmas hegemônicos capitalistas que tornou impossível considerar um mundo sem o petróleo, mineração e o agronegócio. Torna-se necessário neste momento dispor do mais alto nível de criatividade para empreender alternativas e possibilidades de sociedades fundamentadas por perspectivas justas e dignas de vidas éticas e saudáveis. É preciso repensar concomitantemente sobre o crescimento econômico e suas reais consequências, sobre suas práticas vis de destruição em massa das biodiversidades.

Um exemplo incontestável pode ser observado nos últimos meses com as massivas ondas de queimadas, possivelmente criminosas, causando uma impetuosa via de mortificação por uma vasta extensão territorial, cerca de 2.842.000 hectares do bioma queimados segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no dia 15 de setembro de 2020. Torna-se no mínimo interessante promovermos ainda que brevemente aproximações entre o conceito e as práticas teórico-metodológicas do *bem viver* com os contextos contemporâneos e cotidianos, tendo em vista que esta prática nos favorece repensar e reorganizar, estabelecendo verdadeiras rupturas, com os paradigmas desenvolvimentistas de um suposto progresso imparável e indestrutível. É preciso reivindicar novos modos menos destrutivos de relacionamento com a vida.

*Recebido em 22 de outubro de 2020.
Aprovado em 8 de dezembro de 2020.*